

APRESENTAÇÃO

Esta é a segunda edição do boletim Transparência Florestal Sul do Amazonas, que monitora o desmatamento, os focos de calor e a abertura de estradas em sete municípios situados no sul do Estado do Amazonas – Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Nova Aripuanã (**Figura 1**).

Os boletins são anuais e seguem o calendário oficial de desmatamento (agosto de um ano até julho do ano seguinte). Este boletim contém dados referentes ao último ano, ou seja, agosto de 2009 a julho de 2010, comparando-os

com o ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009).

Esse boletim é uma iniciativa do *Projeto Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas (Fortis)* e do *Projeto Fronteiras Florestais (PFF)*, ambos coordenados pelo IEB. O primeiro é apoiado pela Usaid e desenvolvido em parceria com ACT–Brasil, CSF, Imazon e Kanindé. O segundo é apoiado pela União Europeia e realizado em parceria com Adafax, Gret, Imazon e IPA. Mais detalhes sobre esses projetos podem ser obtidos em <http://www.iieb.org.br>.

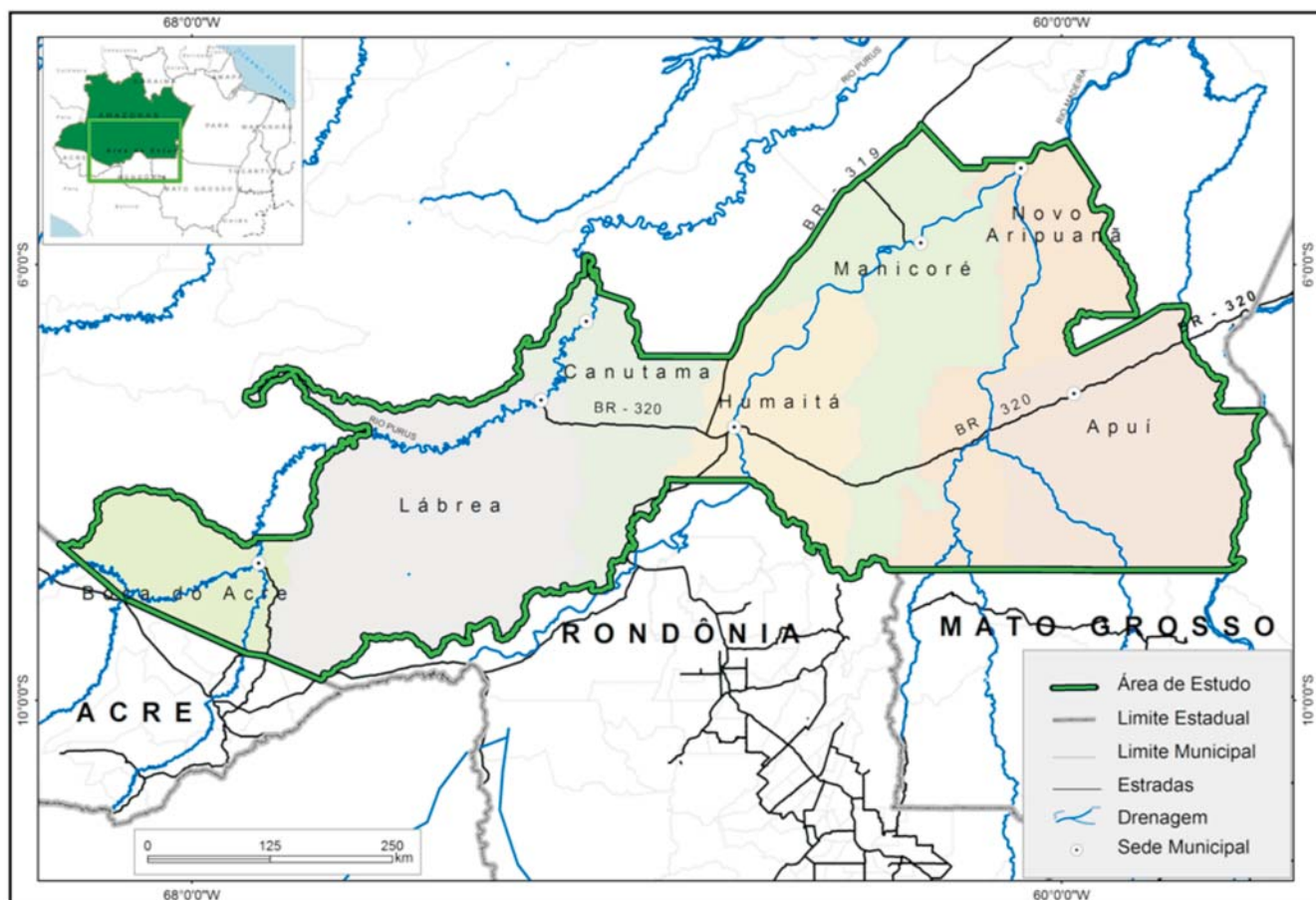


Figura 1. Municípios-alvo do boletim “Transparência Florestal Sul do Amazonas” elaborado pelo Imazon no âmbito do Projeto Fortis e do Projeto Fronteiras Florestais.

Monitoramento do Desmatamento

Sistema de Alerta de Desmatamento - SAD

Uma das ações do Projeto Fortis e do Projeto Fronteiras Florestais é o monitoramento mensal do desmatamento do Sul do Amazonas. Esse monitoramento é realizado por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) desenvolvido pelo Imazon, que utiliza imagens de satélite obtidas pelo sensor Modis (a bordo dos satélites Terra e Aqua da Nasa), com capacidade para detectar desmatamentos maiores que 6,25 hectares, a cada 16 dias. Devido a essa capacidade de visitar uma mesma área em curto intervalo de tempo (alta resolução temporal), uma das principais aplicações do SAD é a rápida detecção de incrementos de desmatamento (daí o

nome “alerta de desmatamento”), fornecendo subsídios técnicos para o combate ao desmatamento ilegal antes que ele atinja maiores proporções.

Os dados de desmatamento obtidos por meio do SAD são apresentados na forma de mapas, tabelas e/ou gráficos em boletins como este, adotando o calendário oficial do governo, o qual divulga dados de desmatamento para períodos de 12 meses, começando em agosto de um ano e terminando em julho do ano seguinte.

Dessa forma, os dados do desmatamento analisados a seguir são referentes ao período de agosto de 2009 a julho de 2010. Os dados de focos de calor e abertura de estradas também foram analisados para esse mesmo período.

Desmatamento nos municípios do sul do Amazonas

A geografia do desmatamento nos municípios do sul do Amazonas, como acontece na maioria dos casos, é influenciada pela distribuição das vias de acesso, principalmente de estradas, que são pontos de partida para o desmatamento, com subsequentes avanços para áreas mais distantes (**Figura 2**).

No último ano (agosto de 2009 a julho de 2010), detectou-se nos sete municípios do sul do Amazonas um desmatamento total de 120 quilômetros quadrados. O município que mais desmatou foi Apuí, responsável por quase um terço do desmatamento (32% do total), seguido por Lábrea (22%), Manicoré (20%), Boca do Acre (12%), Novo Aripuanã (8%), Canutama (4%) e Humaitá (2%) (**Figura 3**).

Comparando-se o tamanho da área desmatada neste último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) com o ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009), observa-se que houve um aumento de 5,8% no desmatamento, que passou de 113,4 para 120 quilômetros quadrados.

Dentre os sete municípios com desmatamento monitorado, quatro deles contribuíram para esse aumento, sendo eles: Apuí (4,9% maior), Boca do Acre (56% maior), Lábrea (18,8% maior) e Manicoré (8,7% maior). Os outros três municípios tiveram queda no desmatamento: Canutama (19,7% menor), Humaitá (57,6% menor) e Novo Aripuanã (12,4% menor).

Os municípios de Apuí, Lábrea e Manicoré apresentaram, pelo segundo ano consecutivo, as maiores áreas de desmatamento anual (**Tabela 1**).

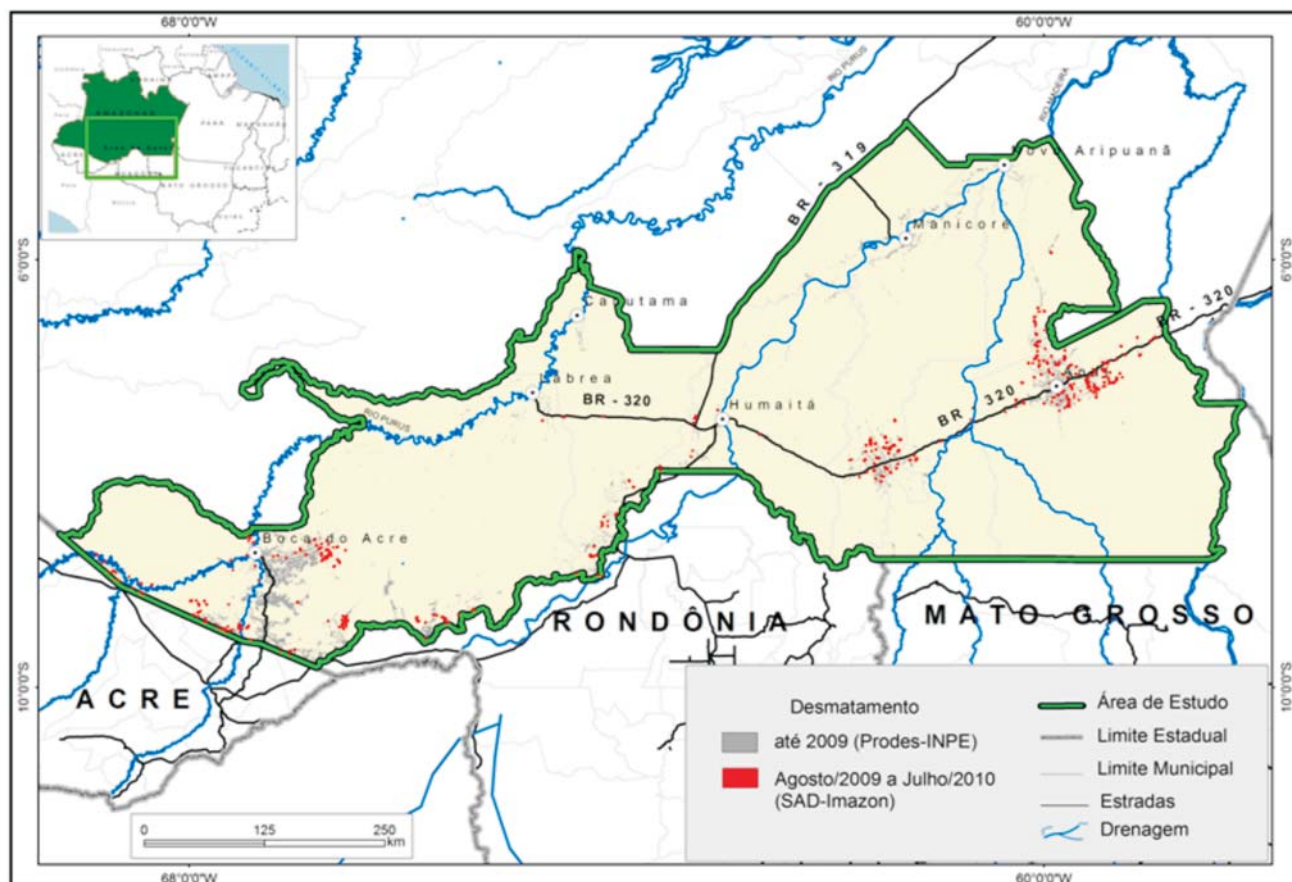


Figura 2. Desmatamento acumulado até 2009 (em cinza) e desmatamento no período de agosto de 2009 a julho de 2010 (em vermelho) nos municípios do sul do Amazonas (Fonte: Imazon/SAD).

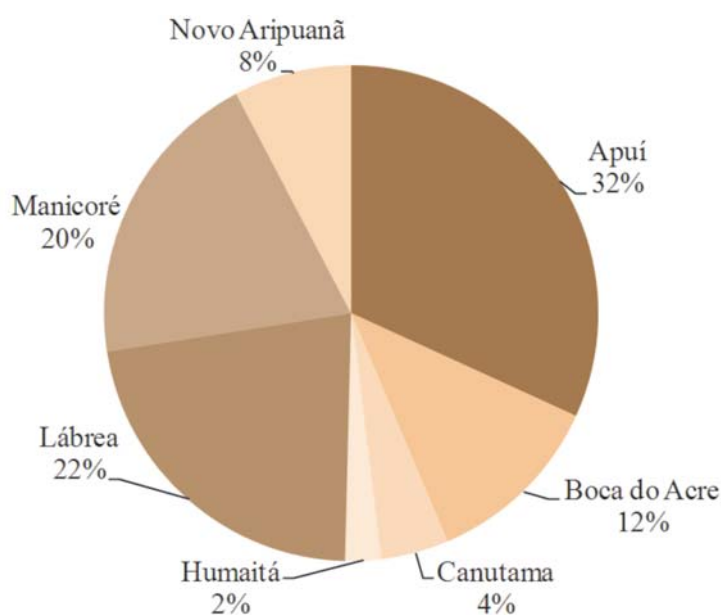


Figura 3. Contribuição percentual dos municípios quanto ao desmatamento detectado no sul do Amazonas, no período de agosto de 2009 a julho de 2010 (área desmatada: 120 km²). Fonte: Imazon/SAD.

Tabela 1. Comparação entre o desmatamento recente (agosto de 2009 a julho de 2010) e o desmatamento no ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) detectados nos sete municípios do sul do Amazonas. Fonte: Imazon/SAD.

Municípios	Área desmatada (km²)		Variação percentual
	Agosto/2008 a julho/2009	Agosto/2009 a julho/2010	
Apuí	36,4	38,2	4,9%
Boca do Acre	9,1	14,2	56,0%
Canutama	6,6	5,3	-19,7%
Humaitá	6,6	2,8	-57,6%
Lábrea	22,3	26,5	18,8%
Manicoré	21,9	23,8	8,7%
Novo Aripuanã	10,5	9,2	-12,4%
Total geral	113,4	120,0	5,8%

Desmatamento por categoria fundiária

Quase todo o desmatamento detectado nos sete municípios do sul do Amazonas no último ano (agosto 2009 a julho 2010), 120 quilômetros quadrados, ocorreu em áreas privadas (propriedades ou posses) ou devolutas (52,9% do total) e em projetos de assentamento (46,4%). Um pequeno percentual foi detectado em Unidades de Conservação (0,7%) e em Terras Indígenas (0,0%; 0,003 km²), apesar das limitações legais para uso do solo nessas áreas (**Figura 4**).

- Áreas Protegidas (TI e UC)

O desmatamento detectado entre agosto de 2009 a julho de 2010 dentro de áreas protegidas do sul do Amazonas totalizou 0,8 quilômetro quadrado, distribuído em duas UC e em uma TI. O Parque Nacional Matinguari, UC

Comparando-se o tamanho da área desmatada neste último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) com o ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) por categoria fundiária, observa-se que o desmatamento aumentou principalmente nos projetos de assentamento, onde se detectou crescimento de 19%. As propriedades, posses e áreas devolutas aumentaram em 5% seu desmatamento anual. Por outro lado, houve redução do desmatamento nas Unidades de Conservação (85,9 menor) e nas Terras Indígenas (99,6% menor) (**Tabela 2**).

de Proteção Integral situada nos municípios de Canutama e Lábrea, concentrou 59,1% desse total e a Floresta Nacional do Iquiri, UC de Uso Sustentável situada em Lábrea, respondeu por 40,5%. O desmatamento restante (0,4%) foi detectado na TI Tenharim/Marmelos (Gleba B), situada em Manicoré e Humaitá (**Tabela 3**).

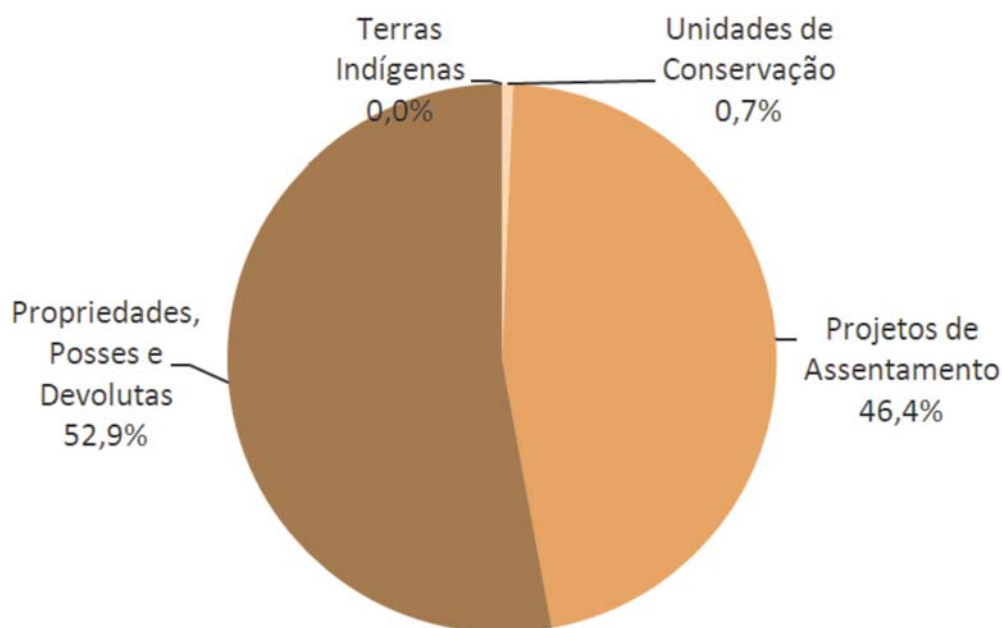


Figura 4. Percentual de desmatamento por categoria fundiária no sul do Amazonas, de agosto de 2009 a julho de 2010 (área desmatada: 120 km²). Fonte: Imazon/SAD.

Tabela 2. Comparação entre o desmatamento recente (agosto de 2009 a julho de 2010) e o desmatamento no ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) por categoria fundiária nos sete municípios do sul do Amazonas. Fonte: Imazon/SAD.

Categoria fundiária	Área desmatada (km ²)		Variação percentual
	Agosto/2008 a julho/2009	Agosto/2009 a julho/2010	
Terras Indígenas (TI)	0,7	0,003	-99,6%
Unidades de Conservação (UC)	5,6	0,8	-85,9%
Projetos de Assentamento (PA)	46,8	55,7	19,1%
Propriedades, Posses e Devolutas	60,3	63,5	5,3%
Total geral	113,4	120,0	5,8%

Tabela 3. Desmatamento nas áreas protegidas do sul do Amazonas no período de agosto de 2009 a julho de 2010. Fonte: Imazon/SAD.

Áreas Protegidas (TI e UC)	Agosto/2009 a julho/2010 (km²)	%
Floresta Nacional do Iquiri	0,321	40,5
Parque Nacional Mapinguari	0,468	59,1
Terra Indígena Tenharim/Marmelos (Gleba B)	0,003	0,4
Total	0,792	100,0

- Projetos de Assentamento

O desmatamento detectado entre agosto de 2009 a julho de 2010 dentro de projetos de assentamento do sul do Amazonas totalizou 55,7 quilômetros quadrados, distribuídos em 10 PA.

Os assentamentos que mais desmataram foram o PA Rio Juma, em Apuí, responsável por 53,5% do desmatamento dessa categoria fundiária; seguido pelo PA Monte, em Boca do Acre, com 18% do total; e pelo PA Acari, em Novo Aripuanã, com 14% (Tabela 4).

Tabela 4. Desmatamento nos Projetos de Assentamento (PA) do sul do Amazonas, de agosto de 2009 a julho de 2010. Fonte: Imazon/SAD.

Assentamento	Agosto/2009 a julho/2010 (km²)	%
PA Porto Alonso	0,2	0,4
PA Tocantins	0,6	1,1
PAR Mário Lobão	1,0	1,7
PA Acari	7,8	14,0
PA Joana D'Arc I	0,3	0,5
PA Matupi	2,0	3,7
PA Monte	10,5	18,8
PA Pacia	0,2	0,4
PA Rio Juma	29,8	53,5
PAE Guariba-Aripuanã	3,3	5,9
Total	55,7	100,0

Focos de Calor

Os dados sobre os focos de calor foram extraídos do site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)¹, considerando-se os focos captados pelo sensor Modis, a bordo dos satélites Terra e Aqua.

A distribuição dos focos de calor nos sete municípios do sul do Amazonas, acompanha a geografia do desmatamento (**Figura 5**). Em geral, esses focos se situam em áreas já abertas – cujos detentores utilizam o fogo para limpeza das mesmas – ou próximo a elas, em florestas

degradadas por sucessivos eventos de incêndio florestal e/ou exploração madeireira.

No último ano (agosto de 2009 a julho de 2010), detectou-se 605 focos de calor nos sete municípios do sul do Amazonas. O município que apresentou maior número de focos foi Apuí, responsável por quase um terço do desmatamento (32% do total), seguido por Lábrea (21%), Boca do Acre (13%), Manicoré (12%), Novo Aripuanã (9%), Canutama (8%) e Humaitá (5%) (**Figura 6**).

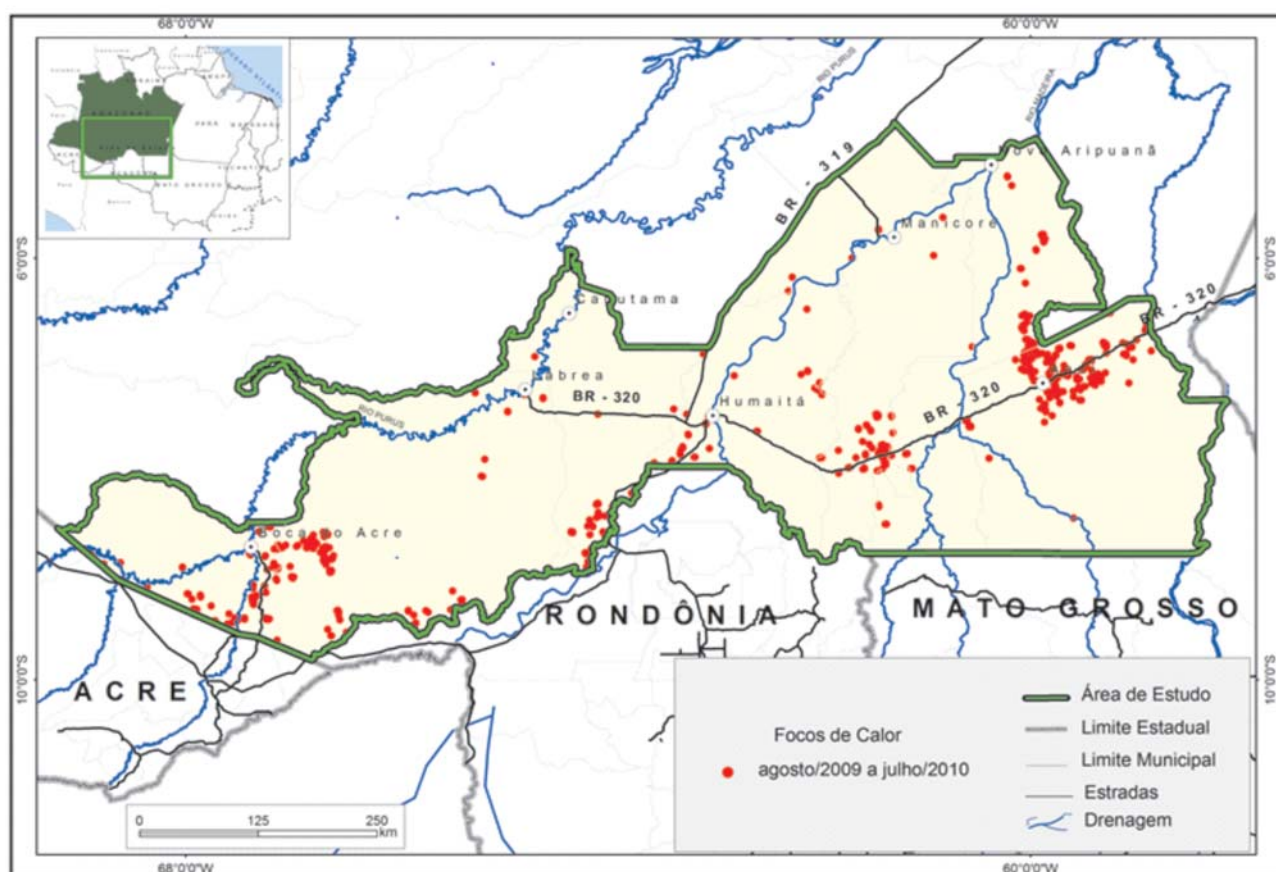


Figura 5. Focos de calor registrados no período de agosto de 2009 a julho de 2010 nos municípios do sul do Amazonas (n=605 focos). Fonte: Inpe; Elaboração: Imazon.

¹ www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/

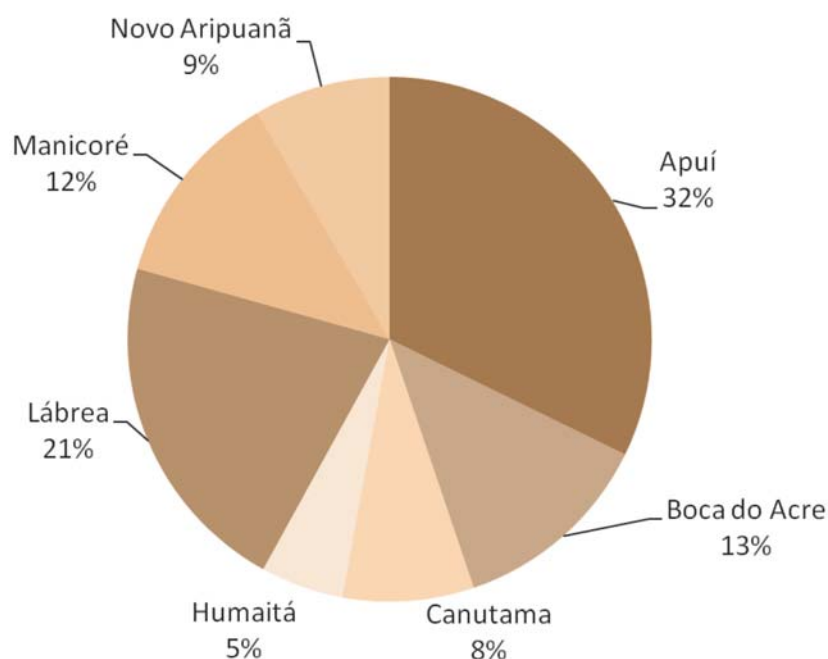


Figura 6. Percentual de focos de calor registrados no período de agosto de 2009 a julho de 2010 nos sete municípios do sul do Amazonas (n=605 focos). Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Comparando-se o número de focos de calor neste último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) com o ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009), observa-se que houve um aumento de 7%, passando de 566 para 605 focos de calor detectados.

Dentre os sete municípios do sul do Amazonas, quatro deles contribuíram para esse aumento, sendo eles: Humaitá (158% maior),

Canutama (113% maior), Lábrea (105% maior) e Boca do Acre (90% maior). Os outros três municípios tiveram redução no número de focos de calor: Novo Aripuanã (50% menor), Manicoré (41% menor) e Apuí (3% menor). Embora o município de Apuí tenha apresentado redução percentual no número de focos de calor, em valores absolutos ele continua a liderar pelo segundo ano consecutivo (**Tabela 5**).

Tabela 5. Comparação do número de focos de calor entre o último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) e o ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) detectados nos sete municípios do sul do Amazonas. Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Municípios	Número de Focos de Calor		Variação percentual
	Agosto/2008 a julho/2009	Agosto/2009 a julho/2010	
Apuí	201	195	-3,0%
Boca do Acre	40	76	90,0%
Canutama	23	49	113,0%
Humaitá	12	31	158,3%
Lábrea	63	129	104,8%
Manicoré	125	74	-40,8%
Novo Aripuanã	102	51	-50,0%
Total	566	605	7,0%

Focos de calor por categoria fundiária

Conforme observado em relação ao desmatamento, os focos de calor também se concentram em áreas privadas (propriedades ou posses) ou devolutas (53% do total) e em projetos de assentamento (38%). Um percentual menor foi detectado em Unidades de Conservação (5%) e em Terras Indígenas (4%), apesar das limitações legais para uso do solo nessas áreas (**Figura 7**). Comparando-se o número de focos de calor deste

último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) com o do ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) por categoria fundiária, observa-se que ele aumentou principalmente nos projetos de assentamento, onde se detectou crescimento de 14,5%. As propriedades, posses e áreas devolutas aumentaram em 12,4% o número de focos de calor. Por outro lado, houve redução dos focos situados dentro das Unidades de Conservação (40% menor) e das Terras Indígenas (10,7% menor) do sul do Amazonas (**Tabela 6**).

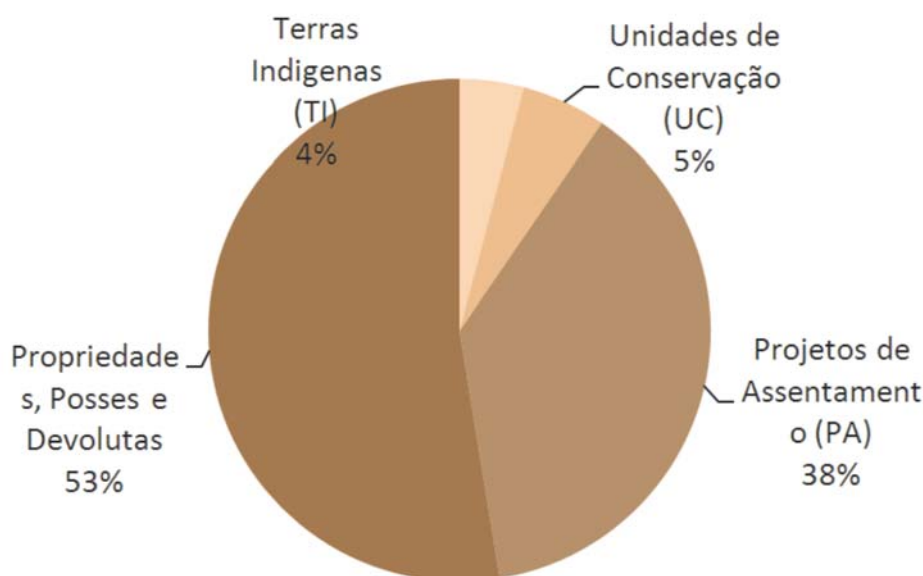


Figura 7. Distribuição percentual do número de focos de calor detectados entre agosto de 2009 a julho de 2010 por categoria fundiária no sul do Amazonas (n=605 focos). Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Tabela 6. Comparação entre o número de focos de calor detectado no último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) e no ano anterior (agosto de 2008 a julho de 2009) por categoria fundiária nos sete municípios do sul do Amazonas. Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Categoria fundiária	Número de Focos de Calor		Variação percentual
	Agosto/2008 a julho/2009	Agosto/2009 a julho/2010	
Terras Indígenas (TI)	28	25	-10,7%
Unidades de Conservação (UC)	55	33	-40,0%
Projetos de Assentamento (PA)	200	229	14,5%
Propriedades, Posses e Devolutas	283	318	12,4%
Total geral	566	605	6,9%

- Áreas Protegidas (TI e UC)

Cinquenta e oito focos de calor foram detectados entre agosto de 2009 a julho de 2010 dentro de áreas protegidas do sul do Amazonas, distribuídos em oito UC e dez TI. Três áreas

protegidas se destacaram, possuindo juntas quase metade dos focos de calor, são elas: a TI Tenharim Marmelos (Gleba B) com 17% dos focos, o Parque Nacional Mapinguari (15,5%) e a Flona Iquiri (12,1%). Os focos restantes estão distribuídos nas 15 áreas restantes (**Tabela 7**).

Tabela 7. Focos de calor em áreas protegidas do sul do Amazonas no período de agosto de 2009 a julho de 2010. Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Áreas Protegidas (UC e TI)	Categoria	Agosto/2009 a julho/2010	%
Parque Nacional Campos Amazônicos	Proteção Integral	5	8,6
Parque Nacional Mapinguari	Proteção Integral	9	15,5
Flona Balata – Tufari	Uso Sustentável	1	1,7
Flona Iquiri	Uso Sustentável	7	12,1
Flona do Jaturana	Uso Sustentável	5	8,6
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã	Uso Sustentável	1	1,7
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma	Uso Sustentável	2	3,4
Reserva Extrativista Ituxi	Uso Sustentável	3	5,2
Tenharim Marmelos	Terra Indígena	3	5,2
Tenharim Marmelos (Gleba B)	Terra Indígena	10	17,2
Pirahã	Terra Indígena	3	5,2
Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Terra Indígena	1	1,7
Apurinã Km 124 BR-317	Terra Indígena	1	1,7
Boca do Acre	Terra Indígena	1	1,7
Seruini	Terra Indígena	1	1,7
Ipixuna	Terra Indígena	1	1,7
Caititu	Terra Indígena	2	3,4
Igarapé Capana	Terra Indígena	2	3,4
Total		58	100

- Projetos de Assentamento

Nos projetos de assentamento foram detectados 229 focos de calor entre agosto de 2009 e julho de 2010, distribuídos em quatro PA.

O PA Rio Juma concentrou a maioria dos focos (63% deles), seguido pelo PA Monte com 25%. Os demais focos se situaram no PA Acari (9,6%) e Matupi (1,7%) (**Tabela 8**).

Tabela 8. Focos de calor nos Projetos de Assentamento (PA) do sul do Amazonas, de agosto de 2009 a julho de 2010. Fonte: Inpe; Cálculo: Imazon.

Assentamento	Agosto/2009 a Julho/2010	%
PA Acari	22	9,6
PA Matupi	4	1,7
PA Monte	58	25,3
PA Rio Juma	145	63,3
Total	229	100,0

Estradas

O mapeamento das estradas é realizado por meio de interpretação visual de imagens de satélite *Landsat* (bandas 3, 4 e 5), na escala de 1:50.000. O programa *Arc GIS 9.2* é utilizado para digitalização das estradas e cálculos de incremento anual. A distinção entre estradas oficiais e não-oficiais é feita comparando-se a malha digitalizada com a malha de estradas oficiais do Ministério dos Transportes.

Até julho de 2010, os sete municípios do sul do Amazonas possuíam juntos uma malha viária com 9.068 quilômetros de extensão, sendo 1.499 quilômetros de estradas oficiais (17%) e 7.569 quilômetros de estradas não-oficiais (83%). O município com mais extensa rede de estradas é Lábrea (25,6%), seguido por Canutama

(15,6%), Apuí (15,3%), Manicoré (15,2%), Boca do Acre (10,1%) e Novo Aripuanã (9,2%) (**Tabela 9**).

No último ano (agosto de 2009 a julho de 2010), não houve aumento na extensão das estradas oficiais, porém as estradas não-oficiais aumentaram sua extensão em 224 quilômetros, aumento equivalente a 2,5% da malha viária total (até julho de 2009). Em valores absolutos, os municípios de Boca do Acre (53 km) e de Lábrea (52 km) foram os que tiveram os maiores incrementos, seguidos por Apuí (40 km) e Novo Aripuanã (39 km). Os municípios de Manicoré (24 km), Humaitá (9 km) e Canutama (7 km) tiveram os menores aumentos de suas estradas não-oficiais (**Tabela 10; Figura 8**).

Tabela 9. Extensão da rede de estradas oficiais e não-oficiais nos sete municípios do sul do Amazonas até julho de 2010. Cálculo: Imazon.

Município	Estradas Oficiais		Estradas Não-Oficiais		TOTAL	
	Km	%	Km	%	Km	%
Apuí	236	15,7	1.152	15,2	1.388	15,3
Boca do Acre	76	5,1	840	11,1	916	10,1
Canutama	204	13,6	1.209	16,0	1.413	15,6
Humaitá	363	24,2	451	6,0	814	9,0
Lábrea	102	6,8	2.223	29,4	2.325	25,6
Manicoré	432	28,8	944	12,5	1.376	15,2
Novo Aripuanã	86	5,7	751	9,9	837	9,2
Total	1.499	100,0	7.569	100,0	9.068	100,0

Tabela 10. Incremento anual da rede de estradas nos sete municípios do sul do Amazonas no período de agosto de 2009 a julho de 2010. Cálculo: Imazon.

Municípios	Estradas (km)		% de incremento em relação ao acumulado
	Acumulado até julho de 2009 (oficiais + não-oficiais)	Incremento do último ano (agosto/2009 a julho/2010)*	
Apuí	1348	40	3,0
Boca do Acre	863	53	6,1
Canutama	1406	7	0,5
Humaitá	805	9	1,1
Lábrea	2273	52	2,3
Manicoré	1352	24	1,8
Novo Aripuanã	798	39	4,9
Total	8.845	224	2,5

*Nesse período, houve aumento apenas nas estradas não-oficiais.

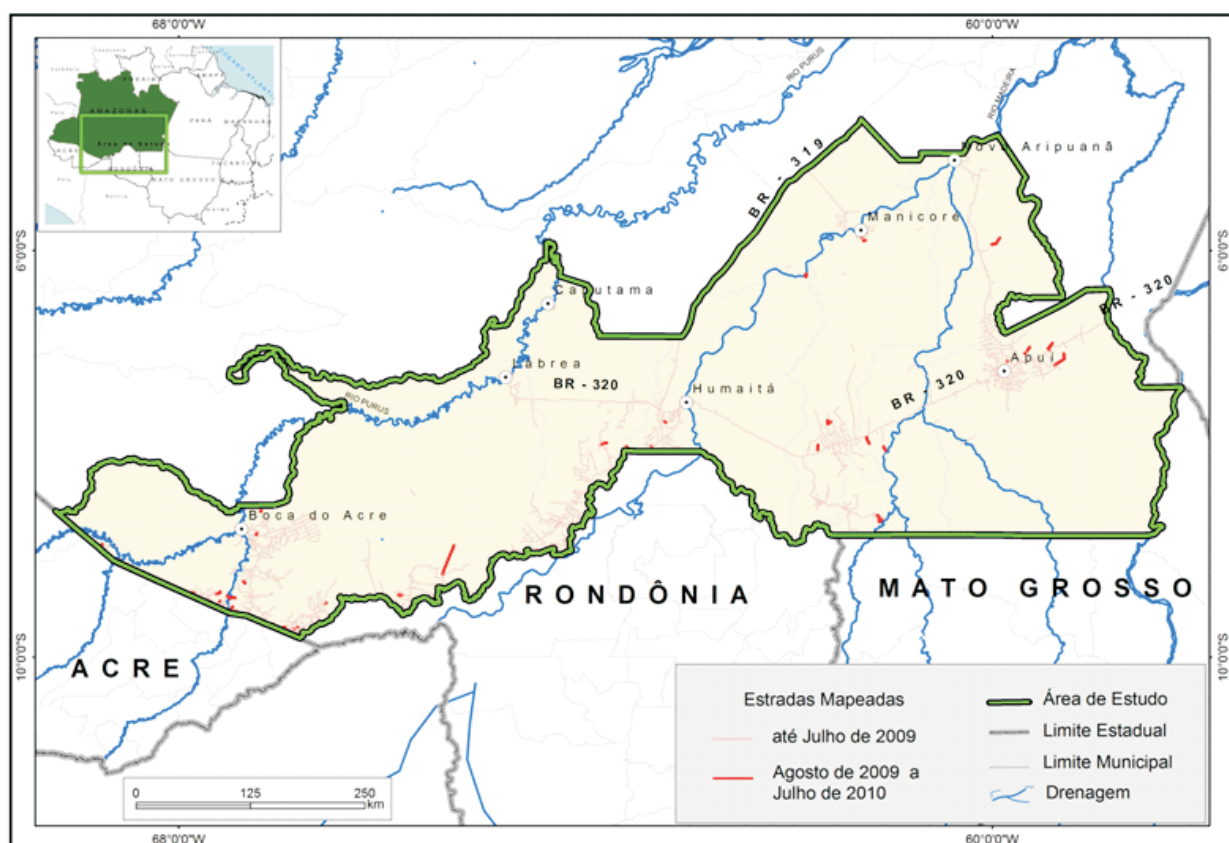


Figura 8. Rede de estradas oficiais e não-oficiais estabelecida até julho de 2009 (linhas vermelhas finas) e incrementos de agosto de 2009 a julho de 2010 (linhas vermelhas grossas) nos municípios do sul do Amazonas. Cálculo: Imazon.

Estradas por categoria fundiária

Conforme observado quanto à distribuição do desmatamento e dos focos de calor no último ano (julho 2009 a agosto de 2010), o incremento das estradas também foi maior em áreas privadas (propriedades ou posses) ou devolutas (64% do total) e em projetos de assentamento (24%). Um percentual menor foi detectado em Unidades de Conservação (10%) e em Terras Indígenas (2%) (**Tabela 11**).

Comparando-se o incremento na extensão das estradas neste último ano (agosto de 2009 a julho de 2010) com a extensão total até julho de 2009 por categoria fundiária, observa-se que as estradas cresceram a taxas similares nos projetos de assentamento (2,7%), nas Unidades de Conservação (2,6%) e nas propriedades, posses e áreas devolutas (2,5%), sendo um pouco inferior apenas nas Terras Indígenas (1,9%) (**Tabela 12**).

Tabela 11. Incremento na rede de estradas por categoria fundiária dos municípios do sul do Amazonas no período de agosto de 2009 a julho 2010 (n=214 km). Cálculo: Imazon.

Categoria Fundiária	Incremento de agosto/2009 a julho/2010*	
	Km	%
Terras Indígenas (TI)	4	2
Unidades de Conservação (UC)	23	10
Projetos de Assentamento (PA)	53	24
Propriedades, Posses e Devolutas	144	64
Total	224	100

*Nesse período, houve aumento apenas nas estradas não-oficiais.

Tabela 12. Comparação do incremento na rede de estradas do último ano (agosto de 2009 a julho 2010) com o total acumulado até julho de 2009 por categoria fundiária dos municípios do sul do Amazonas. Cálculo: Imazon.

Categoria Fundiária	Estradas (km)		% de incremento em relação ao acumulado
	Acumulado até julho de 2009 (oficiais + não-oficiais)	Incremento do último ano (agosto/2009 a julho/2010)*	
Terras Indígenas (TI)	212	4	1,9
Unidades de Conservação (UC)	893	23	2,6
Projetos de Assentamento (PA)	1.997	53	2,7
Propriedades, Posses e Devolutas	5.743	144	2,5
Total	8.845	224	2,5

*Nesse período, houve aumento apenas nas estradas não-oficiais.

- Áreas Protegidas (TI e UC)

Vinte e sete quilômetros de estradas não-oficiais foram abertos em áreas protegidas no sul do Amazonas entre agosto de 2009 e julho de

2010. Desse total, 23 quilômetros (86%) se situam no Parque Nacional Mapinguari e cerca de quatro quilômetros de estradas foram abertos na TI Tenharim do Igarapé Preto.

- Projetos de Assentamento

Cinquenta e três quilômetros de estradas não-oficiais foram abertos entre agosto de 2009 e julho de 2010 em seis projetos de assentamento no sul do Amazonas. Desse total, 39 quilômetros

(73%) se situam em um único assentamento o PA Rio Juma. Em segundo lugar se destaca o PAE Guariba Aripuanã com 14,5% e, com valores menos expressivos, seguem outros quatro assentamentos (**Tabela 13**).

Tabela 13. Incremento na rede de estradas em assentamentos dos municípios do sul do Amazonas no período de agosto de 2009 a julho 2010 (n=52,9 km). Cálculo: Imazon.

Assentamento	Incremento de agosto/2009 a julho/2010*	
	Km	%
PA Rio Juma	38,8	73,3
PAE Guariba Aripuanã	7,7	14,5
PA Mário Lobão	3,7	7
Santo Antônio do Peixoto	1,6	3
PA Porto Afonso	0,9	1,8
PA Monte	0,3	0,5
Total	52,9	100

*Nesse período, houve aumento apenas nas estradas não-oficiais.

Conclusão e Recomendações

Os resultados apresentados neste Boletim referentes ao mais recente ano (agosto de 2009 a julho de 2010) de monitoramento desses três sinais, no âmbito do Projeto Fortis, evidenciam aumento no desmatamento (120 km²/ano, 6% maior que no ano anterior), no número de focos de calor (605 focos, 7% maior que no ano anterior) e um crescimento de 2,5% na extensão da rede de estradas dos sete municípios do sul do Amazonas.

Essa discreta reação da pressão humana na região após dois sucessivos anos de gradativa queda (ver Boletim anterior) requer muita atenção do governo e de entidades de apoio no intuito de evitar uma reversão na tendência de controle do desmatamento.

Controlar o avanço do desmatamento ilegal e orientar o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis na Amazônia são os grandes desafios postos aos órgãos governamentais, aos setores produtivos locais e entidades de apoio. O enfrentamento desses desafios demanda um plano estratégico de ação com, pelo menos, quatro frentes de atuação: (i) formação e manutenção de um pacto pela regularização ambiental com as entidades representativas da sociedade local e governamentais com atuação na área; (ii) monitoramento mensal do desmatamento; (iii) capacitação de técnicos e lideranças locais em monitoramento e gestão ambiental; e (iv) capacitação de técnicos e lideranças locais em boas práticas de manejo florestal, agricultura e pecuária.

O *pacto pela regularização ambiental* deve ser estruturado em torno dos objetivos comuns dos potenciais parceiros, como manter-se fora ou sair (no caso de Lábrea) da lista do MMA de municípios que mais desmataram a

Amazônia, por meio da redução do desmatamento e da adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O *monitoramento mensal do desmatamento* permite a localização e a percepção da dinâmica do desmatamento ilegal em curto intervalo de tempo, permitindo o planejamento de ações estratégicas de prevenção e combate por parte das entidades e/ou atores pactuados.

A *capacitação de técnicos e/ou lideranças em monitoramento* e gestão ambiental visa o fortalecimento das entidades e organizações locais por meio de transferência de técnicas, tecnologias e informações fundamentais à continuidade do uso do monitoramento florestal como uma ferramenta para identificação de impactos e, principalmente, de planejamento da gestão ambiental local. Os agentes locais capacitados e atuantes podem se tornar peças importantes de uma rede de monitoramento colaborativo, que com maior capilaridade e menos custo podem mais rapidamente qualificar o desmatamento remotamente detectado e/ou operar na orientação técnica para a adequação ambiental dos imóveis rurais com passivos ambientais.

E, por fim, a *capacitação de técnicos e de lideranças locais em boas práticas produtivas* visa orientar os setores produtivos para o aperfeiçoamento de suas práticas de uso do solo e dos recursos florestais, no sentido de aumentar a eficiência do uso e reduzir seu impacto socioambiental. Cada produtor capacitado e praticante das novas técnicas apreendidas representa um agente multiplicador e uma referência que ajuda a disseminar e consolidar a mudança de práticas predatórias para sistemas produtivos sustentáveis.

A lista de municípios que mais desmatam o bioma Amazônia é editada anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e foi criada pelo Governo Federal em 2007 (Decreto nº 6.321/2007) com os objetivos de prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal. Os municípios inseridos nessa lista são alvos de ações de fiscalização, de condicionamento do acesso ao crédito rural à regularização ambiental, entre outras. Para o município sair da lista é necessário reduzir seu desmatamento a um valor máximo de quatro mil hectares por ano e inserir pelo menos 80% da área cadastrável do município no Cadastro Ambiental Rural. O município de Lábrea, no Amazonas, foi inserido na lista do MMA, divulgada em janeiro de 2008, que abrangeu um total de 36 municípios amazônicos.

Equipe Responsável:

Coordenadores: Paulo Amaral & Carlos Souza Jr.

Equipe: Andréia Pinto, Rodney Salomão,
Sanae Hayashi, Marcelo Galdino,
Laize Sampaio e Alexandre da Cunha.

Realização:

Projeto Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas (Fortis)
Projeto Fronteiras Florestais (PFF)

Projeto Fortis

Apoio:



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

Coordenação:



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Parceiros:



INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



Projeto Fronteiras Florestais

Apoio:



Coordenação:



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Parceiros:



INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

